

XXII ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

- Senhor Presidente do Tribunal de Contas e Director do Centro Nacional de Cultura
- Senhor Director-Geral do Ensino Superior, em representação de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã
- Senhor Bispo da Guarda, Excelência Reverendíssima
- Senhor Bispo Emérito da Guarda, Excelência Reverendíssima
- Senhores Deputados
- Senhores Presidentes das Assembleias e Câmaras Municipais
- Senhores Representantes dos Bastonários da Ordem dos Engenheiros e dos Médicos
- Senhores Reitores das Universidades Técnicas de Gdansk e da Silésia
- Senhor Reitor Emérito da Universidade Técnica de Cracóvia
- Senhores Reitores das Universidades portuguesas e seus representantes
- Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos
- Senhores Autarcas
- Senhora Governadora Civil de Castelo Branco
- Senhores Vice-Reitores e Senhores Presidentes dos Conselhos Científico e Pedagógico
- Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração e Directores Clínicos dos Hospitais articulados com a Faculdade de Ciências da Saúde
- Senhores Presidentes das Unidades Orgânicas
- Senhores Membros da Assembleia Estatutária, da Assembleia da Universidade, do Senado, do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico
- Digníssimas Autoridades Civis, Militares, Judiciais, Religiosas e Académicas
- Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores
- Senhor Presidente da Associação Académica
- Estimados Alunos
- Prezados Funcionários
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

É com a maior satisfação que saúdo todos os que quiseram associar-se a esta cerimónia comemorativa do XXII Aniversário da Universidade da Beira Interior.

Ao Senhor Director-Geral do Ensino Superior, em representação de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, uma saudação e um agradecimento muito especiais por se associar à nossa Academia neste momento tão importante.

Aos nossos convidados, provenientes da região e de outros locais mais longínquos, inclusivamente da Polónia, o nosso agradecimento pelo apoio e solidariedade que demonstram ao acompanharem-nos neste dia.

Uma palavra de reconhecimento aos Membros Externos da Assembleia Estatutária que, no âmbito do RJES, aceitaram colaborar com a Universidade da Beira Interior na elaboração dos novos Estatutos, pondo o seu conhecimento e experiência ao serviço desta Instituição na criação de um documento da maior importância.

A todos quantos dão vida à instituição: docentes, funcionários e alunos, muito obrigado por estarem presentes, mas sobretudo pelo empenho e participação com que colaboram na evolução e transformação desta Academia.

Uma palavra de muito apreço aos que hoje são homenageados:

- aos que recebem as cartas de agregação;
- aos novos doutores, que são a garantia da continuidade da instituição universitária e dos quais se espera uma participação activa, promovendo as actividades de ensino-aprendizagem e, em particular, a produção científica e a inovação;
- Aos docentes e funcionários que completaram 20 anos de serviço na UBI e que a ela têm dedicado uma boa parte das suas vidas;
- Aos aposentados, a quem expresso o reconhecimento desta Instituição por tudo o que por ela fizeram e a quem desejo as maiores felicidades. Esperamos poder vir a contar sempre e por muito tempo com o seu apoio.
- Aos alunos que concluíram os seus cursos no ano lectivo transacto e aos que frequentam cada uma das licenciaturas e mestrados com melhor média. Felicito,

com orgulho, os premiados, por ver o seu empenho e esforço reconhecidos de forma especial.

Uma palavra de agradecimento também aos patrocinadores dos diferentes prémios, que quiseram, uma vez mais, associar-se à Universidade e, desta forma, recompensar a qualidade, o mérito e a exigência no trabalho destes alunos e incentivar a sua inserção na vida activa. Esta é, também, uma forma inequívoca da ligação da Sociedade à Universidade, da abertura e da cooperação da UBI com os vários agentes sociais.

O nosso reconhecimento às organizações estudantis, Associação Académica da Universidade da Beira Interior e núcleos dos diferentes cursos que, com o seu dinamismo, têm vindo a organizar actividades de carácter cultural, desportivo e mesmo científico e pedagógico, que complementam a sua formação, dão a conhecer a Universidade e promovem a região.

As comemorações deste aniversário incluirão, ainda, a inauguração de duas exposições nas Galerias do Museu de Lanifícios, que contam com o apoio do Centro Nacional de Cultura: “Pintura 2006-2008” de Luís Pacheco, e “Traço: verde-oliva”, a 7ª cor das nove cores do projecto «CORPOtraçoCORPO - a poesia e a pintura” de Alice Valente. Aproveito para agradecer ao Senhor Director do Centro Nacional de Cultura, Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins, toda a colaboração prestada, além da honra que nos concedeu em estar presente na inauguração das exposições. Aos autores, o nosso agradecimento pelas magníficas obras com que quiseram presentear-nos.

A maior riqueza de um país, de uma região ou instituição, são os seus meios humanos, realidade que toma uma expressão cada vez mais forte nos nossos dias, em que vivemos na dita economia ou sociedade do conhecimento, que assenta em variáveis como a educação, a formação, a investigação e a inovação.

A sociedade da informação, precedida pela da industrialização e dos serviços, dá lugar à do conhecimento, que, na Europa, ficou marcada e ligada à Estratégia de Lisboa, a qual teve como objectivo que, até 2010, a União Europeia se tornasse na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empresas e com maior coesão social.

Embora não tenham sido atingidas algumas das metas traçadas, no que diz respeito ao crescimento económico (3%) e à elevação da taxa de emprego (70%), está mais do que assumido que só apostando no conhecimento, na inovação e na valorização do capital humano, se poderá ter um crescimento sustentável.

No espaço europeu do conhecimento, em que julgo estarmos inseridos, importa, pois, desenvolver a investigação e a educação de uma forma integrada e promover a inovação sob as mais diferentes formas, na medida em que permitem converter o conhecimento numa mais valia que deve reverter a favor da sociedade e da melhoria das suas condições de vida. Há, assim, que incentivar o diálogo entre as diferentes partes da sociedade, públicas e privadas.

Se as universidades servem o interesse público através da educação e investigação, a transferência do conhecimento é cada vez mais encarada como parte da missão nuclear da Universidade. O ensino superior europeu, quer queiramos quer não, apesar de todas as críticas que lhe possamos fazer e dos rankings que se publiquem, alimenta, com sucesso, uma das economias mais inovadoras, mais fortes e mais competitivas do mundo.

Não podemos, no entanto, esquecer, que o que há de mais positivo na instituição universitária é a capacidade de se renovar, renovando a sociedade. Ensino superior e investigação devem estar estritamente ligados e são eles que constituirão o alicerce fundamental da Europa do Conhecimento.

A Declaração de Bolonha, que teve como génese a Declaração da Sorbonne, baseada numa reflexão sobre as reformas indispensáveis a levar a efeito nos sistemas de ensino superior, tem como principal objectivo a constituição de um espaço coeso, harmónico, competitivo e atractivo neste domínio, optimizando o desempenho dos estudantes e melhorando a produtividade das instituições, respeitando a sua diversidade.

Cabe aqui uma referência elogiosa à Direcção Geral do Ensino Superior, na pessoa do seu Director Geral, aqui presente, que, num curto espaço de tempo, soube montar uma máquina para a análise dos processos e dar resposta em tempo útil, tendo em consideração o número de processos com que se viu confrontada e o volume de trabalho que tal implicou.

Mas Bolonha, como tenho afirmado várias vezes, não consiste numa mera adopção de um sistema baseado em ciclos de estudos. Significa uma mudança de

paradigma na organização e gestão do ensino, com objectivos claros de educação e formação e com a aprendizagem centrada no aluno, com implicações nas metodologias de aprendizagem que, preferencialmente, deverão ser activas, cooperativas e participativas.

Hoje, as universidades portuguesas têm a maioria dos cursos organizados nos ciclos de Bolonha. A UBI tem a totalidade, mas tal não basta para que Bolonha aconteça. Instituições, docentes e alunos terão de fazer um esforço no sentido de construir metodologias e currículos organizados de forma modular, que permitam, de uma maneira coerente, a aprendizagem centrada no aluno de forma a prepará-lo para a formação ao longo da vida ou em fases diferenciadas da vida.

A mudança de paradigma exige um esforço aos docentes e instituições que deverão adequar os conteúdos dos seus cursos, de maneira a que espaços laboratoriais, bibliotecas, sistemas de informação e tutorias permitam, de uma forma tão permanente quanto possível, um trabalho cooperativo e de pesquisa aos alunos. Ao nível universitário, a aprendizagem deve fazer-se em meio de investigação, para despertar os alunos para essa vertente o mais cedo possível. A manutenção do equilíbrio entre as funções de ensino/investigação é essencial para a preservação das instituições universitárias, pois o conhecimento não se desenvolve em compartimentos estanques, mas sim de forma interdisciplinar, em que as várias ciências funcionam como instrumento de integração.

As universidades atravessam um período crítico de profundas e exigentes transformações, em que, para além de Bolonha, há a salientar a implementação de um novo modelo de governação que, em meu entender, deve reafirmar a unidade da Universidade, reforçando a sua liderança e flexibilizando a sua gestão, de forma a aumentar a sua competitividade e a promover uma maior integração da ciência nas universidades. A implementação do novo RJIES¹ obriga a uma mudança bastante radical no paradigma da gestão das instituições, o que acentuou a instabilidade que já se vivia.

Como se tal não bastasse, todas estas mudanças, contrariamente ao que sucede noutros países e às recomendações a nível internacional, estão a fazer-se num clima de contracção económica e de redução drástica de financiamento por parte do Estado, com consequências imprevisíveis a curto prazo.

¹ Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro.

Portugal é o único país da Europa que reduziu o investimento no ensino superior nos últimos dois anos, quando, por exemplo, o comissário Jan Figel tem vindo a afirmar que as universidades europeias não conseguem competir com as melhores do mundo devido ao facto de terem níveis de financiamento muito inferiores. A tal ponto que, em reunião com o CRUP que teve lugar no dia 10 de Janeiro, o Senhor Primeiro Ministro agradeceu, nas pessoas dos Reitores, o esforço de adaptação que as universidades estão a fazer em clima de contenção económica. Mas se a redução de financiamento já dura há seis anos, em 2008 acentuou-se de forma drástica, pondo em causa o bom funcionamento das instituições, não lhes permitindo mesmo assegurar os compromissos com as despesas de pessoal e de funcionamento.

Na realidade, o orçamento de estado transferido para as universidades decresceu e, em simultâneo, as universidades são obrigadas, pela primeira vez, a suportar 11% da massa salarial para a Caixa Geral de Aposentações e os aumentos salariais de 2,1%, para além da inflação durante o ano de 2008.

As universidades, tendo em consideração os factores mencionados, têm um *deficit* de financiamento, por parte do Estado, que é impossível de encaixar, apesar dos esforços de contenção das despesas e aumento das receitas próprias. Por outro lado, não podemos esquecer que a maioria da produção científica em Portugal é feita através de meios humanos cujos salários são suportados pelas universidades.

Na sociedade do conhecimento que estamos a viver, pede-se cada vez mais responsabilidades às universidades e, em contrapartida, o Estado, de ano para ano, vai decrescendo o seu financiamento. Como instituições públicas, compreendemos e devemos ser solidários com os problemas financeiros do país, mas julgo que se estão a ultrapassar todos os limites e que deveria imperar o bom senso.

Quando comparamos a percentagem do PIB destinado ao Ensino Superior em Portugal com a média europeia, é fácil constatar que o discurso político não corresponde à realidade que vivemos. Ao contrário do que acontece por esse mundo fora, existe no nosso país uma certa falta de atenção para com o ensino superior, no que diz respeito ao financiamento e não só, que não está em consonância com as novas responsabilidades das universidades.

As recomendações da OCDE são claras, no sentido de, na medida do possível, o governo financiar adequadamente as universidades, devendo discriminar as do

interior pelo papel importantíssimo que desenvolvem nas regiões onde estão implantadas (referindo mesmo que elas são os elementos fundamentais para atingir os objectivos enunciados na Estratégia de Lisboa e que, para que a sua existência não seja posta em causa e sejam “sustentáveis, irá requerer abordagens de políticas e critérios de financiamento diferenciados (e os custos unitários serão certamente mais elevados)”).

O que se verifica é precisamente o contrário. O financiamento transferido, este ano, por aluno, para a UBI, é o mais baixo do conjunto das universidades, 3393,7 €², muito inferior ao que é dispendido com um aluno do secundário, fazendo-se, assim, uma discriminação do Interior pela negativa e não pela positiva.

Há, ainda, que considerar que a UBI, em termos de áreas científico-pedagógicas, tem $\frac{3}{4}$ dos seus alunos em áreas dispendiosas como são as de ciência e tecnologia, as de saúde e as das artes e apenas cerca de $\frac{1}{4}$ dos alunos nas ciências sociais e humanas. As regras impostas para a atribuição de vagas financiadas por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, põem em risco a sobrevivência de cursos em áreas estratégicas de ciência e tecnologia, o que poderá conduzir à extinção destas formações no interior do país. Diga-se de passagem que, já hoje, alguns dos cursos em funcionamento na UBI, nessas áreas, não têm financiamento atribuído pelo Estado.

A UBI sempre lutou pela sua afirmação pela qualidade e pela diferença e soube sempre encontrar financiamentos alternativos e complementares que lhe permitem hoje ter um corpo docente qualificado e uma estrutura física, laboratorial, computacional e de acesso à informação que se pode considerar entre as melhores a nível nacional, e mesmo, em alguns casos, a nível internacional.

Mas isto não quer dizer que não estejamos preocupados com o financiamento, com a política da reformulação de cursos no âmbito de Bolonha, com a atribuição de vagas e consequente atracção de alunos. E de uma coisa estamos certos: se a UBI não for reembolsada dos 11% da Caixa Geral de Aposentações e do aumento de vencimentos de 2,1%, o pagamento dos salários no final do ano estará em risco.

² 3248,6 € considerando a totalidade dos alunos e 3393,7 € considerando os alunos de 1º e 2º ciclos e mestrados integrados que, em princípio, deveriam ser financiados.

A UBI EM NÚMEROS

Por tradição, no Dia da Universidade, o Reitor relata o estado da Instituição, no seguimento da aprovação do Relatório de Actividades e Contas pelo Senado, o que teve lugar no passado dia 24. Mas, mais importante do que analisar os números do ano transacto, interessa fazer o balanço relativo aos anos anteriores e respectiva evolução e, a partir daí, tentar perspectivar o futuro. Foi assim que nasceu a publicação “UBI em Números”, hoje divulgada.

Presentemente, a instituição conta com 625 docentes, a que correspondem 434,75 ETIs, dos quais 59% (257,7 ETIs) são doutorados e 16% (70) estão em doutoramento, prevendo-se a conclusão para breve da maioria das provas. Destes docentes, 267 (84,15 ETIs) pertencem à Faculdade de Ciências da Saúde), de entre os quais contamos com 54 chefes de serviço, que, dada a sua formação e prestação de provas, poderiam, de certa forma, ser equiparados a doutorados, o que faria subir a respectiva percentagem de forma significativa.

O esforço de formação tem-se estendido, igualmente, aos funcionários não docentes, que ascendem a um total de 392 (286 da UBI, dos quais apenas 210 são do Quadro, sendo os restantes 76 contratados. Aos SASUBI pertencem 106, sendo apenas 22 do Quadro).

Actualmente, a UBI tem registadas 32 licenciaturas (1º ciclo de Bolonha), 54 mestrados (2º ciclo de Bolonha, dos quais 3 são mestrados integrados), para além dos mestrados tradicionais, ainda em funcionamento, bem como 26 áreas de doutoramento (das quais 22 já são 3ºs ciclos de Bolonha).

Ministram-se ainda vários cursos ao nível de Pós-Graduação e de Especialização Tecnológica, alguns dos quais em colaboração com a ESTEBI.

É de salientar a abertura à sociedade e a preocupação com a qualificação da população da região, através de várias acções de formação, algumas pioneiras a nível nacional, que têm vindo a ter lugar no CFIUTE - Centro de Formação e Interacção UBI/Tecido Empresarial (+/- 300 alunos), bem como de vários cursos livres de línguas (o Laboratório de Línguas é frequentado por 333 alunos)

A preparação de alunos para o ingresso no ensino superior tem merecido a nossa melhor atenção, realizando cursos específicos para maiores de 23 anos e

também para o concurso nacional de acesso, particularmente nas áreas da Matemática, da Física e da Língua e Cultura Portuguesas.

Apesar da nossa localização geográfica, numa região com uma taxa demográfica muito baixa, nos últimos anos fomos a única universidade a crescer de uma forma continuada em número de alunos de graduação, contando actualmente com o total de 6.104, dos quais 165 em doutoramento.

A UBI cresceu, assim, 11,4 % de um ano lectivo para o outro (5479 para 6104). Se considerarmos os alunos ao nível do 1º e do 2º Ciclos, passaram de 5192 para 5843, o que corresponde a um crescimento de 12,5%. Os alunos ingressados no 1º ano, pela primeira vez, passaram de 1221 para 1428, verificando-se um aumento de 17%. Em contrapartida, o pessoal não docente decresceu 10 unidades e o docente cresceu apenas 3.

Embora tendo aumentado em áreas estratégicas como as da saúde, das artes e das tecnologias, em que o custo por aluno é mais elevado, o orçamento de estado transferido para a UBI tem vindo a decrescer ao longo dos anos, apresentando uma diminuição nominal por aluno de aproximadamente 13% de 2007 para 2008, mas que se traduz, em termos reais, num corte de cerca de 17% (OE 2007 = 20.237.352 €; OE 2008 = 19.829.729 €), tendo em consideração que somos obrigados, pela primeira vez, a pagar 11% da massa salarial para a Caixa Geral de Aposentações.

Há seis anos que os orçamentos não são reforçados com as actualizações salariais, tendo sofrido cativações, inclusivamente, sobre as receitas próprias e legados com fins específicos, aumentos da taxa de desconto para a ADSE, para além da inflação ao longo dos anos.

A UBI avançou e cresceu em áreas estratégicas e estruturantes e também dispendiosas, como é o caso particular da Medicina, mas tal não se reflectiu no seu orçamento. Na construção e equipamento da Faculdade de Ciências da Saúde, a UBI foi obrigada a investir uma parte significativa das suas receitas próprias. O Projecto POCI 2010, que a financiou em grande parte, está em encerramento. De qualquer forma, estamos ainda sem resposta à cativação imposta sobre o PIDDAC.

Quero aqui deixar, mais uma vez, o agradecimento ao Gestor do POCI 2010, pela forma empenhada como sempre nos desbloqueou os fundos FEDER e que permitiram que a situação financeira não só não entrasse em rotura, como ainda tivéssemos beneficiado de um acréscimo de fundos, tendo como contrapartida

nacional as receitas próprias da UBI. Não posso deixar de referir que, no início do projecto da Faculdade de Ciências da Saúde, nos foi prometido um financiamento específico para o Centro de Investigação em Ciências da Saúde, o qual nunca chegou a efectivar-se (5.000.000 €), embora tal não tenha impedido o seu desenvolvimento contando o mesmo, para além da estrutura, com 33 doutorados.

Pesem embora as dificuldades financeiras, continuaremos a cumprir a missão da Universidade: qualificar os portugueses, abrindo-nos cada vez mais a novos públicos, criar conhecimento através da investigação e transferi-lo para a sociedade, com a qual a UBI manteve sempre uma grande abertura quer a nível regional, quer nacional e mesmo internacional, para cuja promoção criou várias estruturas e parcerias (Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDR); CREA - Centro Multimédia; Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior; Gabinete de Programas e Relações Internacionais; Gabinete de Estágios; UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Activa; Gabinete de Apoio a Projectos e Investigação (GAAPI), que inclui o Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial (criado em 2005) e a Oficina de Transferência de Inovação e Conhecimento - OTIC (a funcionar desde 2002, tendo obtido financiamento comunitário em 2006), Cybercentro da Covilhã (2001), PARKURBIS (2001) e CFIUTE - Centro de Formação e Interligação da UBI e o Tecido Empresarial (2007).

INVESTIGAÇÃO

Embora já tenha abordado o tema da investigação e a sua importância no contexto actual, nunca é demais salientar que o cumprimento da missão da universidade passa pela produção do conhecimento indispensável à criação da riqueza, evolução e bem-estar da sociedade.

A grande maioria da produção científica no nosso país é feita por universitários, independentemente do local onde é produzida, seja na própria universidade e suas unidades orgânicas, nas unidades de investigação ou em laboratórios associados. Mas uma coisa é certa, à semelhança do que acontece em todo o mundo, é indispensável uma articulação adequada para dar a centralidade indispensável à universidade.

Todos sabemos que o talento a nível individual é um elemento fundamental no processo de criação do saber, mas não podemos esquecer a estrutura de

enquadramento de modo a permitir massa crítica em determinados domínios científicos, sem o que é impossível ser-se competitivo.

A criação de saber como principal função da universidade permite de uma forma permanente, autónoma e livre, cultivar o questionamento, a dúvida e a crítica construtiva, elementos indispensáveis ao exercício da inteligência e ao avanço do conhecimento. Só as universidades garantem uma estabilidade temporal e a indispensável renovação de gerações produtoras de conhecimento.

A formação de novos doutores desempenha um papel fulcral na dinamização da produção científica e, embora sendo desejável que seja desenvolvida em articulação com as unidades de investigação, a nível nacional e internacional, a conferência do respectivo grau faz parte integrante da instituição universitária e é o elemento diferenciador de todos os outros sistemas de ensino.

Os resultados já alcançados na produção científica são um indicador que permite afirmar que a UBI está no bom caminho, mas cujo incremento deve constituir um dos seus maiores desafios para o futuro.

Há que registar, com agrado, o empenhamento dos docentes e investigadores na elaboração de candidaturas aos mais diversos programas, apoiados por estruturas próprias (GAAPI, OTIC e Planeamento), que, embora na dependência directa da Reitoria, têm como objectivo facilitar a vida aos investigadores, promover a captação de verbas e a promoção da produção científica. A captação de receitas pelas unidades de investigação e através dos mais variados projectos em muito tem ajudado, mas não podemos esquecer que é a componente dos salários o principal contributo para a produção científica.

Apesar dos laboratórios e equipamentos de que dispomos, urge um financiamento adequado à sua renovação. As recomendações da OCDE vão no sentido de que o financiamento das actividades de investigação, para além de dever ser concedido numa base competitiva, deve ter em consideração a idade e localização das instituições, pelo papel que elas desempenham nas regiões em que estão envolvidas.

ACÇÃO SOCIAL

São os meios humanos a maior riqueza de qualquer sociedade ou instituição e são eles que merecem toda a consideração. Essa é a razão pela qual temos dado a melhor atenção à Acção Social e às infra-estruturas, de modo a permitir as melhores condições aos utentes da UBI e, em particular, à comunidade estudantil, com cerca de 80% de alunos deslocados, com 37,2% de alunos bolseiros (2174) dos quais 46% são dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, de forma a assegurar as suas necessidades básicas e a garantir que as razões de ordem financeira interfiram, no mínimo possível, com o seu sucesso escolar.

Os números indicados reflectem bem o empobrecimento das populações do interior face às do litoral, o que nos permite concluir que, se não existissem, nesta região do país, instituições do Ensino Superior, as suas populações teriam muita dificuldade em aceder a este tipo de ensino.

As bolsas, que representam um apoio directo aos mais necessitados, deverão ser revistas no seu valor para os verdadeiramente carenciados, o que implica uma nova fórmula de distribuição. Mas não podemos apenas considerar as bolsas como apoio directo aos alunos, pois, para uma grande percentagem e, sobretudo, para os que estão na fronteira da atribuição da bolsa, a alimentação e o alojamento, embora sejam considerados um apoio indirecto, constituem, na realidade, um apoio indispensável sem o qual uma percentagem significativa não poderia estudar.

No domínio do alojamento, embora a UBI possua uma boa taxa de cobertura (14%) da população estudantil (820 camas), não podemos esquecer os alunos deslocados e os alunos estrangeiros, no âmbito do ERASMUS, que este ano totalizam 252 (123 enviados, 129 recebidos).

O Pólo das Ciências da Saúde continua a ser objecto das nossas preocupações, pois apesar das candidaturas efectuadas para a construção da indispensável residência, ainda não conseguimos obter fundos para tal, encarando-se a hipótese de uma parceria público-privada para resolução do problema.

Gostaríamos, igualmente, de obter financiamento para a adequação de um edifício existente que nos permitisse montar uma cozinha central e a partir dela, implementar um sistema de *catering*, o que permitiria reduzir os custos de exploração e melhorar a qualidade do serviço.

A saúde e o desporto têm merecido a nossa melhor atenção e têm sido sustentados essencialmente com receitas próprias e parcerias com entidades

públicas, de que há a salientar a ARS, e privadas. Na área do desporto, não posso deixar de salientar a articulação com a Associação Académica e o empenho que tem havido na promoção das actividades desportivas, indispensáveis à educação integral dos jovens.

INSTALAÇÕES

A fase de expansão física da UBI está num estado bastante avançado, tendo em consideração o seu Plano de Desenvolvimento, havendo que dar maior atenção à manutenção. Porém, há que prosseguir com algumas obras indispensáveis, que se encontram em curso, financiadas por receitas próprias, por não ter sido possível, ao longo dos anos, obter financiamento através do PIDDAC e das várias candidaturas apresentadas.

Acabamos de inaugurar o edifício dos Serviços Administrativos da Reitoria. Quero agradecer a todos quantos contribuíram para a realização deste empreendimento: aos Serviços Técnicos da UBI, que elaboraram o projecto e acompanhamento da obra, e às empresas António Ascensão Coelho e Filhos, CERTAR e CONSTROPE, que o realizaram. Este edifício, resultante de uma ampliação (de 719 m²) de outro já existente e que ficará a dispor de uma área total de 1295m², permitirá albergar, de uma forma digna, os Serviços Administrativos da UBI e ainda os serviços de apoio à promoção e acompanhamento da investigação, de uma forma centralizada.

Os Serviços Administrativos da Reitoria ficam, assim, dotados de uma estrutura física que permitirá acolher os membros daqueles serviços que desde há 12 anos desenvolvem a sua actividade em condições precárias. Era da mais elementar justiça que este empreendimento se realizasse, mas tal só foi possível graças às receitas próprias, pois tendo chegado a estar inscrito em PIDDAC, o mesmo não foi transferido.

No ano transacto, concluímos, no Pólo I, a recuperação de um antigo edifício, para gabinetes para o Departamento de Letras, bem como de um espaço para os núcleos de alunos dos cursos ali ministrados, para que se pudesse obviar alguns problemas logísticos.

No Pólo das Ciências Sociais e Humanas encontram-se também em fase de conclusão as obras de recuperação no edifício da antiga fábrica Ernesto Cruz, destinadas a melhorar o funcionamento da Unidade, nomeadamente para a dotar de um amplo espaço para os serviços de documentação (Biblioteca), sem esquecer que, actualmente, o acesso à informação se faz de uma forma privilegiada através das novas tecnologias de informação. A adaptação do edifício inclui ainda gabinetes para docentes e instalações adequadas ao desenvolvimento de unidades de investigação, assim como um espaço para os Núcleos. Estamos também prestes a concluir uma estrutura específica para o cinema (*plateau*).

Não conseguimos ainda o financiamento indispensável à construção de um *hangar* para a Engenharia Aeronáutica, no Aeródromo, mas esperamos que, a curto prazo, seja possível com a instalação de uma empresa de construção de aviões.

A UBI sempre tentou desenvolver de uma forma equitativa a sua estrutura física, de acordo com as necessidades das suas unidades orgânicas e os recursos financeiros conseguidos para tal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Celebramos hoje 22 anos de existência como Universidade. O mundo, o país e o ensino superior em Portugal, em particular, estão a atravessar um período de mudanças rápidas e, como em qualquer mudança, há expectativa e alguma confusão. Algumas das reformas legislativas em curso só pecaram pelo atraso; outras opções tomadas o tempo as julgará.

Não posso, no entanto, deixar de referir que, embora sendo eu um optimista por natureza, algumas das medidas que têm sido tomadas, para além da precariedade do financiamento, o Processo de Bolonha, o registo de mestrados integrados, a atribuição de vagas, etc., causam alguma apreensão às instituições de ensino superior localizadas no interior do País, podendo mesmo pôr em risco a sua sobrevivência, se não forem tomadas medidas de discriminação positiva, por parte do Governo, como é apontado no relatório da OCDE.

A UBI, desde final de 1995 até final de 2007, cresceu 155%, em número de alunos (3.945 em 1995, 6104 em 2007), 165% em docentes (1995: 263,7 ETIs, 2007: 434,7 ETIs), 574% em Doutores, (em 1995: 50,1 ETIs, em 2007: 287,7 ETIs); 135% em

funcionários (290 em 1995, 392 em 2007, e 250% em área construída (1995: 66.728 m², 2007: 167.351 m²).

A UBI possui ainda, neste momento, cerca de 10.000 m² em construção e em projecto (2000 m² em construção, 8216 m² em projecto), um conjunto de edifícios para recuperar e uma área de terrenos de 114.233 m², para além das áreas de arranjos exteriores, em que há a salientar os da Faculdade de Ciências da Saúde com 56.177 m² de área intervencionada.

Apesar destes indicadores que, creio, demonstram bem o dinamismo e a estratégia de desenvolvimento da Instituição, temos de estar conscientes que uma universidade, pela sua própria natureza, nunca está concluída.

A criação e implementação da Faculdade de Ciências da Saúde e das Artes e Letras constituíram como que uma refundação da Universidade. Mas novos tempos se avizinham, que exigem, para que a Instituição se afirme cada vez mais, uma liderança forte e com visão estratégica.

Estamos verdadeiramente empenhados num esforço de renovação, o que, aliás, tem sido uma cultura constante da Instituição. Com a publicação do RJIES, a Assembleia Estatutária tem vindo a debater, de uma forma empenhada, os novos Estatutos. Se bem que esta nova Lei contenha bastantes aspectos positivos, com uma definição clara das competências e dos diferentes órgãos de governo, o importante é que não se caia numa mera reforma sob o ponto de vista burocrático e se consiga um novo modelo de governação que permita agilizar a gestão e aumentar a competitividade da Instituição.

Mas a reforma da universidade não se esgota no RJIES, antes pelo contrário, dado o carácter regulamentador do documento. É absolutamente necessário dispor-se de um novo Estatuto da Carreira Docente Universitária que permita uma maior flexibilização, promoção e o recrutamento dos melhores docentes, estabelecendo uma ligação forte e coerente entre ensino e investigação.

Há que implementar o mais rápido possível uma política de avaliação e acreditação, de modo a promover a qualidade do ensino e investigação e o reordenamento da rede de ensino superior. A UBI sempre deu a maior importância a estes processos, desde a sua implementação, por iniciativa do CRUP, e acompanhado as várias transformações que tal processo sofreu até aos nossos dias, podendo mesmo dizer-se que implementou já uma verdadeira cultura de auto-avaliação. Este ano

estamos envolvidos na avaliação institucional da EUA - European University Association. A entrada em funcionamento efectivo da Agência de Avaliação e Acreditação tarda, para além de se exigir que sejam as instituições de ensino superior que a sustentem financeiramente.

Há que reforçar a confiança nas instituições e nas pessoas que as integram, permitindo uma renovação de recursos humanos qualificados, de forma a torná-los mais competitivos. As atitudes que têm sido tomadas pelo Governo criam algum desânimo naqueles que sempre pugnaram pelo progresso, inovação e empreendedorismo.

Portugal pode vir a pagar um preço demasiado elevado se não se apostar, à semelhança de outros países, de uma forma efectiva no ensino superior.

A modernização das universidades carece de mais liberdade e autonomia e incentivos a uma maior integração da ciência, para já não falar de um aumento significativo do investimento no ensino superior, com um modelo de financiamento claro e transparente.

O aumento do número de alunos e a melhoria da sua educação e formação têm de ser acompanhados por modalidades de financiamento mais exigentes, mais competitivas e que tenham em consideração o estado de desenvolvimento e a localização das instituições, assim como a sua contribuição para o progresso das regiões em que estão inseridas e do país.

Claro que tudo isto tem de ser acompanhado, aliás, como temos vindo a predicar, por mecanismos de prestação de contas, de garantia da qualidade, da ajuda e análise da inserção de diplomados no mercado de trabalho, de um aumento significativo da produção científica e da ligação e transferência do conhecimento para a sociedade.

Ao celebrarmos o XXII Aniversário queremos testemunhar que continuaremos a lutar pela afirmação da Universidade, pela qualidade e pela diferença numa sociedade caracterizada por mudanças rápidas, em que o conhecimento é a chave do seu sucesso.

Queremos continuar a acentuar a cultura institucional de inovação, empreendedorismo, de integração e participação da sociedade, respeitando sempre o seu passado, mas contribuindo de uma forma estratégica para a melhoria das suas condições de vida e para o seu desenvolvimento no futuro.

Muito obrigado.

Covilhã 30 de Abril 2008